

Recordando o 13 de maio: o cinquentenário da abolição na imprensa de Florianópolis e no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

FERNANDO BARTHOLOMAY FILHO*

No dia 12 de maio de 1938, às vésperas de serem completados cinquenta anos da proclamação da Lei Áurea, o jornal *O Estado*, sediado em Florianópolis, divulgava em sua última página uma nota breve onde dava publicidade à organização, por conta do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, de uma cerimônia oficial onde seria comemorada a efeméride da abolição:

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina comemorará, amanhã, com uma sessão solene, o cinquentenário da Abolição. Pela manhã, às 7,30 horas, uma comissão irá ao Cemitério da Irmandade dos Passos, depositar uma palma flores naturais no tumulo do saudoso coronel Germano Wendhausen, chefe abolicionista, como homenagem aos abolicionistas catarinenses. A' noite, às 20 horas, no salão de festas do Clube 12 de Agosto, gentilmente cedido, realizar-se-á a sessão comemorativa, altamente solene, presidida pelo Sr. desembargador Henrique da Silva Fontes, presidente do Instituto. [...]¹

Uma descrição do cerimonial a ser seguido durante a realização da sessão revela o tom de rigidez cívica que marcaria o evento. O Hino Nacional seria executado tanto no início quanto no final da sessão, além da sinfonia *O Escravo*, de Carlos Gomes, pela banda musical da Força Pública. Discursariam na ocasião os membros Heitor Blum – orador oficial do Instituto – e Renato de Medeiros Barbosa, sobre “a Destêrro do tempo da escravidão até á lei áurea”. Embora de pouca extensão, a nota do jornal *O Estado* demonstra que as autoridades da cidade (ao menos dentro do caráter oficial) deram importância significativa ao evento, já que a quantidade de figuras públicas que atenderam ou pelo menos se comprometeram a atender à sessão é impressionante: além do presidente do Instituto, Desembargador Henrique da Silva Fontes, compareceriam ainda o interventor federal e o prefeito municipal, o arcebispo metropolitano, o capitão dos portos, o comandante do 14º Batalhão de Caçadores, o comandante da Força

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ INSTITUTO Historico e Geographico. **O Estado**, Florianópolis. 12 de maio 1938, p. 8.

Pública, o presidente do Tribunal de Apelação e o presidente da Associação Catarinense de Imprensa. No entanto, nenhum outro jornal da capital (com exceção do *Diário Oficial do Estado*²) divulgou com antecedência a realização do evento, e apenas outros dois jornais repercutiram a ocasião com notas, matérias ou artigos relacionados à data: *O Diário da Tarde* e a *Gazeta*.

O motivo pelo qual a data da abolição foi tão valorizada pelas autoridades e tão pouco repercutida pela imprensa florianopolitana pode ser explicado por duas circunstâncias que concorrem para esclarecer o panorama das comemorações de 1938. Em primeiro lugar, as manchetes de todos os grandes jornais de Santa Catarina (e com certeza de todos os grandes jornais do país) preferiram repercutir ao longo daquela semana um acontecimento de comoção muito maior: na madrugada do dia 11 daquele mês de maio, um grupo de 80 integralistas sob o comando do Tenente Severo Fournier havia atacado o Palácio da Guanabara no Rio de Janeiro, com o intuito de depor o presidente Vargas, sendo repelidos pela própria guarda do palácio e pelos familiares do presidente, no episódio que ficou conhecido como a “intentona” ou levante integralista de 1938. Nos dias subsequentes daquela semana, a desastrada tentativa de golpe da Aliança Integralista Brasileira tomou de assalto as manchetes de todos os jornais do estado, deixando as notícias a respeito do 13 de maio em segundo plano. Eram chamadas impactantes referindo-se à “criminoso intentona” e que atestavam estar a capital federal “banhada em sangue”.³

Por outro lado, a presença de praticamente todas as grandes autoridades civis, religiosas e militares da cidade é um indício do quão importante se julgava ser uma ocasião em que a ordem política do Estado Novo, que havia sido implantado há pouco mais de seis meses, poderia se perfilar em cerimônia solene - talvez pela primeira vez. A própria ordem com que os diversos representantes do poder público são enumerados sugere que se estava buscando cristalizar novas hierarquias: o interventor federal, Nereu Ramos é o primeiro a ser mencionado, antes da autoridade religiosa e das autoridades militares, enquanto que o prefeito municipal aparece por último, secundado pelo

² CINCOENTENARIO da Lei Aurea. **Diário Oficial do Estado**, Florianópolis. 12 de maio 1938, p. 2.

³ CAPITAL Federal banhada em sangue. **O Estado**, Florianópolis. 12 de maio 1938. p. 1. A REVOLUÇÃO integralista. **A Gazeta**, Florianópolis. 13 de maio 1938. p. 1.

presidente do tribunal de apelação. O presidente da Associação Catarinense de Imprensa, ironicamente, aparece por último.

Essa exibição das novas hierarquias fica mais evidente em reportagem a respeito da passagem da data publicada no dia 14, no *Diário da Tarde*, repercutindo a realização no dia anterior de uma concentração de escolares promovida pela Cruzada Nacional de Educação⁴, onde “os Srs. Dr. Carlos Corrêa e o jornalista Jau Guedes pronunciaram entusiásticos discursos”, seguidos por um desfile de diversas escolas em direção à praça 15 de Novembro e ao Palácio do Governo para prestar homenagem ao Interventor Federal. Além disso, a notícia ainda dá conta da realização pelo Ginásio Catarinense de uma “solene festa cívica em comemoração da data”, realizada no galpão desportivo da instituição, com a presença do Inspetor Federal Antenor Moraes. Nela,

Cantando o hino da Bandeira, os alunos Aloisio de Almeida e Themistocles Muniz arrebatarem seus colegas, interpretando um os sentimentos do pobre africano preso e o outro o seu jubilo no dia da libertação. O quintoanista Waldir Busch fez vibrar o auditório com seu eloqüente discurso expondo a resenha histórica dos fatos precedentes á abolição da escravatura. O exmo. Sr. Inspetor, com palavras escolhidas salientou o nosso dever patriótico de honrar os antepassados, evidenciando o feito, decidido e nobre, da Princesa D. Isabel, “a mãe branca do escravo negro”.

O entusiasmo com que por fim o hino nacional ecoou no recinto foi prova que os jovens estudantes brasileiros, aí presentes, entenderam o grande significativo da “Lei Áurea”.⁵

Únicas ocasiões de festejos realizados fora do âmbito da principal instituição de compilação e preservação da memória do estado de Santa Catarina, estes dois eventos servem para identificar as comemorações na cidade de Florianópolis como essencialmente oficiais e institucionalizadas, verdadeiras ocasiões para o desenvolvimento das virtudes cívicas dos alunos/cidadãos e do fortalecimento de seus laços de obediência e respeito para com o regime político constituído havia poucos meses: na primeira, uma concentração de alunos das escolas da capital celebrava a data numa marcha festiva em direção ao Palácio do Governo com o intuito de prestar homenagem não ao escravo liberto, tampouco à libertadora Princesa Isabel, mas ao

⁴ A Cruzada Nacional da Educação foi uma campanha de salvação pública contra o analfabetismo criada em 1932 com apoio das forças armadas, da indústria e comércio nacionais, visando angariar fundos para construção de escolas pelo país.

⁵ AS COMMEMORAÇÕES de ontem. **Diário da Tarde**, Florianópolis. 14 de maio 1938. p. 6.

interventor federal, representante do presidente Vargas na cidade. Na segunda, o drama da libertação dos escravos era encenado na escola para o Inspetor Federal, que em suas palavras salientou a importância do “dever patriótico de honrar os antepassados”. Embora a voz das ruas pudesse ter se feito presente na forma de manifestações, bailes ou encontros, talvez promovidos por algum dos diversos clubes populares que existiam na cidade ou de maneira ainda mais informal, elas não receberam apreciações pela imprensa da capital, cuja pouca cobertura centrou-se na reportagem das cerimônias oficiais.

Dentro de tal horizonte, este trabalho se propõe a analisar artigos e notas publicadas em jornais de Florianópolis, bem como discursos proferidos na cerimônia oficial organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina em 13 de maio de 1938, buscando traçar algumas linhas gerais a respeito da maneira com que a memória da escravidão e do abolicionismo - tanto catarinense quanto brasileiro - foi representada pela imprensa da capital e pelos intelectuais envolvidos com o Instituto.

O estado de Santa Catarina e a cidade de Florianópolis que testemunhariam o 13 de maio de 1938 apresentavam ambos no final daquela década características que os distinguiam do restante do país, no sentido de definir o contexto social no qual a sua imprensa e suas instituições de elaboração do saber iriam produzir e reproduzir interpretações a respeito da data da abolição.

Historicamente, a utilização da mão-de-obra escrava na província de Santa Catarina sempre foi significativa ao longo do século XIX, oscilando em diversos levantamentos populacionais daquela época entre 20% a 22% da população total da província.⁶ Embora considerável do ponto de vista quantitativo, a presença de escravos em Santa Catarina era relativamente pequena em comparação às grandes regiões agroexportadoras do nordeste e sudeste do país, onde a população de escravos africanos e crioulos, especialmente durante a primeira metade do século XIX, geralmente representava um terço de todos os habitantes. A presença de escravos no estado esteve vinculada a uma realidade econômica específica, de pequena produção comercial voltada para o mercado interno de abastecimento, fazendo com que tanto em

⁶ Um decréscimo significativo ocorreria somente a partir das reformas de 1871, quando a população escrava da província atingiu cerca de 9,3% do total, segundo o censo de 1872. Cf. PEDRO, 1988.

observações de contemporâneos da escravidão quanto em estudos históricos ao longo da maior parte do século XX a escravidão em Santa Catarina tendesse a ser menosprezada em comparação com o restante do país (PEDRO, 1988; LEUCHTENBERGER, 2007).

A esse fator vem se somar a maciça imigração de origem européia que a partir da segunda metade do século XIX viria a transformar radicalmente o panorama social da sociedade catarinense. Analisando dois censos cuja distância em anos corresponde de maneira aproximada aos cinquenta anos passados desde a Lei Áurea, o de 1890 e o de 1940, podem ser observadas diferenças expressivas em relação à modificação das composições étnicas da sociedade brasileira e catarinense: o Brasil do final do século XIX estava muito longe do sonho de europeização que os teóricos do racismo brasileiro acalentavam (SCHWARCZ, 1993), com mais da metade de sua população composta por pretos e pardos, enquanto o estado de Santa Catarina apresentava uma realidade inteiramente distinta. Sua população declaradamente branca era de vultosos 84% do total, enquanto a população de origem africana ainda se fazia sentir de maneira considerável, com cerca de 15%. Cinquenta anos depois, no entanto, essa diferença se tornou ainda mais acentuada: sob o tremendo fluxo da imigração européia que desde idos século anterior vinha transformando a sociedade e a economia brasileira, o percentual da população branca de Santa Catarina saltou para impressionantes 94%, enquanto que no cômputo da população nacional, o percentual de brancos suplantou o de negros e mestiços, alcançando bem mais do que a metade – cerca de 63% da população total.⁷

A cidade de Florianópolis no mesmo levantamento demográfico apresenta características ainda mais peculiares. Com exceção de Lajes, município que àquela época abrangia uma extensão territorial muito superior à da capital do estado e por conseqüência possuía uma população maior, Florianópolis era a cidade de Santa Catarina com o maior número de negros e mestiços, podendo-se dizer que, no estado “branco” de Santa Catarina, Florianópolis era a mais “negra” das cidades: de seus 46.771 habitantes em 1940, 4.642 declararam-se pretos ou pardos, o equivalente a 10% da população, e o dobro do percentual do estado.

⁷ IBGE. **Recenseamento geral do Brasil** [1º de Setembro de 1940], Série nacional, volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. p. 1. & IBGE. **Recenseamento geral do Brasil** [1º de Setembro de 1940], Série regional, parte XIX – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952, p.1.

Essa considerável comunidade havia crescido a partir de sua importante presença a partir da segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX, quando foi expressiva a ponto de fundar sua própria sociedade religiosa e de ajuda mútua, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (CARDOSO, 2004). Nas migrações características do pós-abolição, ao longo dos primeiros trinta anos do século XX um número considerável de famílias de descendentes de escravos teriam migrado da região do Alto Biguaçu (atual município de Antônio Carlos) em direção à Florianópolis, vindo a aumentar sua população de origem africana (MARIA, 1999). Ao chegarem à capital, essas famílias devem ter se deparado com o torvelinho de reformas urbanas que à época estava buscando transformar o que era então um emaranhado de vielas e cortiços à beira-mar, onde o transporte de água e esgoto era feito manualmente, numa cidade à altura de seu status como capital estadual (ARAÚJO, 1989). Dentro de um processo e de “embranquecimento” dos espaços centrais da cidade, a instalação do serviço de bondes, de sistemas de distribuição de água e captação de esgoto, de aterros e da demolição de casebres, os antigos territórios negros da cidade foram sendo obliterados e seus habitantes obrigados a trilhar o já batido caminho em direção à periferia, iniciando a ocupação dos morros que envolviam o núcleo urbano do centro de Florianópolis e formando algumas de suas comunidades mais tradicionais como o Morro do Mocotó, da Mariquinha, do Horácio e da Caixa (MORTARI; CARDOSO, 1999).

Dentro dessas comunidades, os descendentes de africanos logo construíram seus espaços de sociabilidade fundando clubes e agremiações que serviam como locais de encontro e lazer para seus membros. Datam da década de 1930 duas das principais associações da sociedade negra de Florianópolis: a União Recreativa 25 de Dezembro, fundada em 1933 e a Sociedade Recreativa Brinca Quem Pode, fundada em 1935.

Havia, portanto, uma grande quantidade de vozes a representar uma comunidade vultosa e bem-estabelecida de cidadãos negros na cidade, mas cujas opiniões e idéias a respeito do cinquentenário não foram nem ouvidas nem representadas. Sendo os jornais os veículos por excelência para essa divulgação e carecendo essas associações de recursos ou influência para publicar seus periódicos ou folhas na cidade a sua atuação provavelmente restringiu-se à rua, seu território por excelência. E infelizmente, a imprensa de Florianópolis nada relatou desse lado da data do 13 de maio.

Ao contrário, como já foi salientado, a imprensa da capital centrou a repercussão do cinquentenário nas comemorações oficiais promovidas, conforme atesta a chamada feita pelo *Estado* no dia 13, dando mais detalhes sobre a referida sessão que seria realizada naquele dia pelo IHGSC:

O Instituto Histórico e Geográfico Catarinense comemora hoje, a data do jubileu da Lei Áurea, com uma solenidade cujo programa demos, ontem, em linhas gerais, fazendo parte dele uma romaria, esta manhã, ao tumulo do saudoso Catarinense cel. Germano Wendhausen, um dos que mais trabalharam pela libertação dos cativos na velha província barriga-verde. [...] ⁸

Em seguida, a nota apresenta em subtítulo “alguns dados biográficos sobre o Coronel Germano Wendhausen gentilmente cedidos pelo Dr. Heitor Blum”, apresentados na forma de extensos parágrafos versando sobre a vida do abolicionista desterrense. Tanto neste perfil biográfico quanto no discurso que proferiu na sessão comemorativa realizada pelo IHGSC naquele dia, Heitor Blum destaca Wendhausen como o principal expoente do abolicionismo na Desterro da década de 1880.

Intitulado *A Campanha Abolicionista na Antiga Destêrro*, o discurso de Heitor Blum foi publicado em volume em 1939. Composto por um bacharel em direito e político de carreira que ocupou cargos de destaque no governo de Santa Catarina naquele início de século e que praticava a pesquisa histórica por diletantismo (GOMES, 1990), a conferência de Blum surpreende em alguns aspectos, enquanto em outros se mostra profundamente conectado ao tipo de produção histórica (feita principalmente pelo IHGSC) de sua época, que numa periodização já bem conhecida, se poderia denominar “abordagem estadual tradicional” (WOLFF, 1994).

Com seu subtítulo de “subsídio para a história da campanha abolicionista em Santa Catarina”, o texto de Heitor Blum realmente oferece informações que servem de norte para futuras pesquisas sobre o assunto, mas não sem antes cumprir um percurso de lamento em relação à escravidão, exaltação pelo seu fim, e agradecimento às figuras pátrias que a liquidaram, avisando desde o início que

Não descreveremos os suplícios, os martírios sofridos pelos escravos, pois raros serão os que ainda não leram o romance, ou não assistiram ao desenrolar do filme “A Cabana do Pai Tomaz”, de *Mistress H.*

⁸ A DATA da Abolição. **O Estado**, Florianópolis. 13 de maio 1938, p. 8.

Beecher Stowe. Recordar essa ignomínia seria supliciar-nos, martirizar-nos.

Não falaremos, também, nos horrores do trafico, magistralmente descrito no “Navio Negro”, de Castro Alves.⁹

Heitor Blum agradece a todos os “paladinos” do abolicionismo brasileiro, de Rio Branco a Nabuco, de Luiz Gama à Princesa Isabel, “por terem feito desaparecer essa triste e desonrosa mancha que empanava o brilho do augusto símbolo da nossa nacionalidade”.¹⁰ Afirma então, que deseja somente tratar da campanha abolicionista em Desterro, passando ao largo da torrente de fatos do panorama nacional, e se concentrando nas figuras destacadas do abolicionismo catarinense, todas pintadas como exemplos da mais alta elevação moral.

Sua análise dos acontecimentos que antecederam a libertação completa de 1888 em Desterro é de fato uma história de abolicionistas, jamais de escravos ou libertos, ou mesmo do lugar social que estes ocupavam na sociedade da época. São como sombras, ou o alvo da idéia fixa dos abolicionistas que campeavam pelo estado, compondo um texto com traços típico dos institutos históricos fundados na esteira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que visavam conforme SCHWARCZ (1993) “construir” uma história, recriar um passado e solidificar mitos de fundação.

Em sua análise sobre o negro na historiografia de Santa Catarina, FREITAS (2005) afirma a respeito do discurso de Blum que ao deixar a escravidão de lado o autor “retirou o tema do tempo, deixando a cargo da literatura e da imaginação este regime, criando um afastamento ilusório”. De fato o texto de Blum nada faz para esclarecer qualquer aspecto da abolição ou da escravidão na Desterro de fins do século XIX, deixando a sua interpretação inteiramente centrada na sucessão de eventos tramados pelos emancipacionistas da cidade. O que surpreende em seu texto, no entanto, é que este é pontilhado por uma significativa quantidade de dados relativos a manumissões e alforrias de escravos em Desterro e nas vilas circundantes, prova de que o pesquisador realmente entrou em contato com documentos, mesmo que fosse somente para elencá-los. É desta forma que delineando o abolicionismo em Santa Catarina, ele reconhece que

⁹ BLUM, Heitor. **A campanha abolicionista na antiga Destêrro**. Florianópolis: IHGSC/IOESC, 1939. p. 6.

¹⁰ Idem, p. 7.

Em nossa Província, esse movimento nacional se processou lentamente a principio, e assim foi que, em onze anos, de 1872 a 1882, foram manumitidos apenas 518 escravos, sendo a maior proporção a de 11%, em 1880, relação ao número de cativos, matriculados na Província, no referido período.

Aos poucos, foi esse movimento tomando corpo, engrossando as fileiras do pequeno número de combatentes com novas adesões, até que, em 1883, no dia 10 de Junho, neste mesmo salão onde nos encontramos, por iniciativa do Secretário do Governo Provincial, o cearense Dr. João Lopes Ferreira Filho, fundou-se a primeira agremiação abolicionista, que tomou o nome de “Sociedade Abolicionista do Desterro [...]”¹¹

Heitor Blum mostra uma predileção especial ao longo do seu discurso por clubes, comícios e reuniões, quando aproveita para desfilar listas de sócios, membros fundadores e diretorias das efêmeras sociedades abolicionistas que vicejaram na cidade naquela década de 1880, além de citar freqüentemente proprietários que realizavam alforrias públicas, sempre mencionando o número de cativos que eram libertados. Perto de seu final, a leitura do texto torna-se imensamente tediosa, pois não passa da simples enumeração de quoruns de reuniões e bazares beneficentes pela alforria, listas intermináveis de nomes de pessoas cuja participação efetiva no movimento abolicionista de Desterro é bastante questionável. Mesmo assim, entre páginas inteiras de nomes, o autor continua a desfilar dados e números de suas pesquisas, confiando pesadamente no *Jornal do Comércio*, cujas tabelas informando a quantidade de matrículas e manumissões relativas à cada ano são reproduzidas na íntegra.

Para o autor, o ponto alto da campanha abolicionista em Desterro foi a fundação em 1887 da “Sociedade Carnavalesca Diabo à Quatro”, capitaneada pelo Coronel Germano Wendhausen, personagem desterrense que Blum havia perfilado longamente no perfil biográfico d’*O Estado*, destacando sua ascendência européia, seu casamento, suas relações pessoais, empreendimentos comerciais e sucessos e infortúnios políticos (alinhou-se ao Partido Federalista após a proclamação da República, tomou parte das lutas de 1893-1894 e chegou a ser preso pelo governo do Marechal Floriano após o fim da revolta). Além disso, mencionou também naquela ocasião uma lista de “abnegados patrícios” que lutaram ao lado do Coronel pela campanha abolicionista, entre os quais se destacam Horácio Nunes Pires e Gustavo Richard.

¹¹ BLUM, 1939, pp. 11-12.

Através de um bando precatório organizado por Wendhausen, que percorreu a cidade em diversas ocasiões naquele ano de 1887 buscando doações para a compra de alforrias, a S. C. Diabo à Quatro logrou a 2 de fevereiro de 1888 que lhes fossem entregues pela Câmara Municipal 42 cartas de liberdade. A partir daí, precipitam-se os eventos, e pouco mais de um mês depois, a 25 de março, os últimos escravos de Desterro recebem suas alforrias. Heitor Blum finaliza seu texto com uma enlevada exaltação àquelas que considera as três grandes figuras da emancipação na capital da província: Germano Wendhausen, Manoel Bittencourt e José Henriques Paiva, indivíduos da mais exemplar abnegação, “dispostos a todos os sacrifícios, não medindo fadigas nem desconfortos, abandonando o convívio das famílias e os interesses de suas profissões” para alcançar seus objetivos.¹²

O discurso de Heitor Blum percorre, enfim, um caminho familiar de exaltação das figuras brancas, altruístas e ilustradas que encetaram esforços sem medida para acabar com o sofrimento dos escravos. Sua principal característica é a ênfase na história local, deixando de lado os grandes acontecimentos do âmbito nacional para relatar (e acima de tudo valorizar) a história de Santa Catarina e das suas figuras políticas, de acordo com as propostas defendidas pelo IHGSC desde a sua fundação (SERPA, 1996).

Inteiramente diverso é o discurso do jurista e político florianopolitano Renato Barbosa, também proferido na sessão do dia 13 de maio e também publicado, em 1940. Com o título de *Geração Abolicionista*, o discurso é ligeiramente maior em sua forma impressa do que o de Blum porque ao contrário deste, Barbosa não se furta de esmiuçar todos os principais aspectos concernentes ao processo abolicionista brasileiro, incluindo mesmo os “suplícios e martírios” que Heitor Blum havia se recusado a tratar. A maneira com que o faz é através de uma linguagem de grande eloquência, da qual chegam a respingar (de maneira surpreendente) críticas à classe de latifundiários que, empedernidos, objetavam à libertação da sua força de trabalho:

O escravagismo, permitido, pelo preço ínfimo do salário, em espécie, que se cifrava ao custo misérrimo da subalimentação, e nada mais, se fez o segredo que mantinha de pé a chamada aristocracia rural, montando guarda, vigilante e devoradora, à instituição anti-econômica do latifúndio, e perpetuada à sua sombra, despida da visão real do mundo, e sem descerrar olhos ávidos dos resultados da ganância,

¹² BLUM, 1939, p. 38-39.

círculo acanhado onde morriam as empolgantes perspectivas da época...¹³

No entanto, essa inesperada crítica é na verdade um preâmbulo para incisivas reprovações de cunho moral àqueles que Barbosa via como produtos da ganância daquela aristocracia: as *sinhazinhas* “supersticiosas”, “indolentes” e “mal-instruídas”, que pela vida “amena e fácil, se perdiam pelos ambientes solarengos das fazendas e dos engenhos”, e principalmente (na verdade de maneira bastante gráfica) aos *sinhozinhos*, que sendo “filhos de pais enriquecidos pelo suor escravo”,

[...] chapinhavam, pelos eitos e senzalas, no imenso lodaçal das bastardias, desvirginando donzelas negras, sem lei e sem Deus, como se triturassem, entre dedos longos de sangue azul, indefesas flores de ébano; ou, nas capitais, igualmente inúteis, se entregavam ao desbragamento e à orgias de poderosos herdeiros de papás escravocratas.¹⁴

Nessas e em outras passagens, revela-se um autor preocupado em demonstrar os aspectos nefastos da instituição escravista, pintando o tempo do cativo como uma época de dissolução moral, que atingia tanto os escravos quanto os senhores, fazendo eco a obras panfletárias de Joaquim Manoel de Macedo como *As Vítimas-Algozes* (CHALHOUB, 2003). Barbosa, nesse sentido, preocupa-se constantemente em compor imagens vívidas, que impressionem seus ouvintes/leitores. É o caso, por exemplo, de sua descrição da travessia do Atlântico quando o escravo,

Preso, tolhido para qualquer movimento, sob a pressão de cordas ou de algemas, deixam-no uns dias sem comer, para que se lhe quebrem, com a fraqueza física, os últimos resquícios de rebeldia e altivez. Embarcam-no, depois, num exíguo porão, sem ar, sem luz. Um sacerdote católico, nessa hora do embarque, vem aspergir água benta por sobre a carga humana. Faz-se mister que ela chegue, com ajuda de Deus, inteirinha ao seu destino.¹⁵

Já sua resenha dos acontecimentos históricos relativos à escravidão no Brasil do século XIX traça o percurso de uma história destinada a acontecer, de uma evolução de acontecimentos conduzida sob a influência dos “traços morais” do povo brasileiro, que desde sempre viu na escravidão uma incompatibilidade com suas elevadas aspirações

¹³ BARBOSA, Renato de Medeiros. **Geração abolicionista**. Florianópolis: IHGSC/IOESC, 1940. p. 7.

¹⁴ Idem, pp. 7-8.

¹⁵ Idem, p. 11.

civilizatórias. Mais do que isso, a memória abolicionista que ele evoca deixa pouquíssimo espaço para qualquer clamor popular que não seja conduzido por alguma grande figura política como Luiz Gama, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco ou a sempre glorificada Princesa Isabel. Há de fato pouquíssimo espaço para o povo, para a rua, na fala de Renato Barbosa.

A parte final de seu discurso - quando entra propriamente nos aspectos de Desterro à época da abolição - é bastante breve e extremamente peculiar. Sua fala replica a enumeração feita por Heitor Blum das sociedades beneméritas que batalharam pela alforria dos escravos desterrenses, das listas de cidadãos presentes nas reuniões festivas e bazares promovidos pela causa abolicionista e da exaltação das figuras eminentes da política da cidade que se bateram pelo emancipacionismo.

No entanto, sua descrição da Desterro de fins do século XIX é saturada de carinho e saudosismo, como se estivesse falando de um tempo de simplicidade e pureza, que mesmo perpassado pela instituição escravista ainda assim era digno de admiração:

Desterro da abolição...

Este salão, o tradicional Clube Doze de Agosto, regurgitava de gente.

Caleças estacionavam à frente do velho prédio.

No burburinho amável destes salões, a tafalaria e a garridice de nossas moças emprestavam ao ambiente a nota encantadora da alta elegância da província.

E, acompanhadas dos papás, vigilantes e energéticos, ou dos manos, graves e sisudos, davam entrada nas salas, que os bicos de *Auler* iluminavam, as ligeiras figurinhas de seda, - breves bonequinhas da época da abolição...¹⁶

Esta e outras passagens perpassam a maior parte da breve explanação de Barbosa sobre a Desterro abolicionista. Mais do que uma explanação histórica, a parte final de discurso é uma espécie de “memória sentimental” da época da abolição, época que o pesquisador do Instituto não viveu, mas que via com enorme admiração, talvez em contraste com a flagrante modernização que nos últimos anos a cidade de Florianópolis vinha sofrendo, liquidando com os resquícios de um tempo mais tranquilo e idílico, que povoava a imaginação do orador naquele ano de 1938.

Por último, cabe analisar o único artigo de opinião de autoria declarada verificado nos jornais de Florianópolis. Sob o título *A abolição da escravatura através*

¹⁶ BARBOSA, 1940, p. 43.

da idade contemporânea, foi escrito por Nereu Correia de Sousa, è época um jovem escritor e jornalista que iria mais tarde se tornar presidente e um dos membros mais ilustres do Instituto, publicando volumes de ensaios sobre temas os mais variados, indo desde filosofia política, linguagem e estilística, até crítica literária, debruçando-se sobre obras de Cruz e Sousa, Cassiano Ricardo e Euclides da Cunha (PIAZZA, 1994).

Sua principal característica é que o autor não hesitou em tocar no espinhoso assunto dos resultados da abolição da escravidão na sociedade brasileira de fins do século XIX, bem como sua relação com a realidade atual. Ao longo da grande extensão do artigo, o autor procura deixar claro seu domínio inconcusso do assunto, realizando uma síntese histórica não somente das grandes efemérides nacionais que concorreram para o fim da escravidão, mas também mundiais, chegando a ser bastante incongruente pela maneira com que procura ligar processos históricos inteiramente distintos que teriam contribuído para a erradicação da escravidão ao longo das idades moderna e contemporânea, indo desde a Revolução Francesa, passando pelo Congresso de Viena, a tomada de Constantinopla pelos turcos (exatamente nessa ordem um tanto sem nexos) e a libertação dos escravos na Inglaterra, na Suécia (sic.) e na França.

Mas isso é apenas um preâmbulo para suas conclusões sobre os resultados da abolição no Brasil, pois depois dos louvores de praxe aos políticos abolicionistas ilustres, ele pontua:

E' sabido, que de quantos atentaram para os resultados dessa eversão social no Brasil, os prejuízos que acarretou ao país, econômico e socialmente, a abolição da escravatura. A sociedade brasileira do século passado não se achava suficientemente preparada para receber cerca de dois milhões de escravos, constituídos de gente inativa e inculta. E, por isso, os efeitos dessa dispersão foram, não se pode negar, desastrosos. Sem uma preparação antecipada para enfrentar, sozinho, os destinos que lhe outorgava a lei da Princesa Imperial, o negro, entregue a si mesmo, abandonou o eito e as senzalas e dispersou-se, em massa, pelas cidades litorâneas, acoitando-se nos morros e nos subúrbios, especialmente no Rio de Janeiro, onde vive, até hoje, na maior promiscuidade e parasitarismo.¹⁷

O texto de Nereu Correia de Sousa é marcante pela maneira com que emula dois pensamentos que grassaram em épocas distintas da história nacional, a saber, o receio característico das classes senhoriais que se opuseram ao fim da escravidão ao longo da

¹⁷ SOUSA, Nereu Correia de. A abolição da escravatura através da idade contemporânea. *A Gazeta*, Florianópolis. 13 de maio 1938. p.6

segunda metade do século XIX, que vieram como consequência da emancipação uma desestruturação da economia e sociedade nacionais (CHALHOUB, 2003), e as desilusões republicanas com a gente “inativa e inculta” que passou a representar a sociedade brasileira, apinhada nas periferias das grandes cidades onde viviam em promiscuidade e degeneração (SCHWARCZ, 1993). O tom final do texto revela, enfim, uma intensa frustração perante o panorama da sociedade atual, no qual está imbuído de um profundo preconceito de classe.

É importante notar que a opinião de Nereu Correia de Sousa provavelmente não era incomum para a época, mas tendia a ser particularmente mais forte dentro de uma elite intelectual como a de Santa Catarina, que, pela sua distância geográfica das grandes concentrações de populações de origem africana e escrava no Sudeste e Nordeste do país combinada a uma imigração de origem européia que passou a ser usada como característica definidora da cultura e da sociedade do Estado se acreditava menos atingida pela mácula da escravidão.

A análise dos jornais de Florianópolis em maio de 1938 e dos discursos publicados pelo Instituto permite enfim, delinear algumas características que se sobressaíram nas comemorações da data da abolição. Em primeiro lugar, verifica-se a tradicional invisibilidade das populações de origem africana tanto da cidade de Florianópolis quanto do estado de Santa Catarina, fruto sem dúvida da influência da *intelligentsia* predominante na principal instituição de produção do conhecimento histórico, o IHGSC, dado o seu comprometimento em criar um imaginário em torno da identidade luso-européia do estado, exaltando figuras ilustres e compondo um passado de grandes homens e grandes feitos (SERPA, 1996).

Em segundo lugar, as reflexões a respeito dos acontecimentos de meio século passado não se debruçaram sobre aspectos importantes do processo abolicionista, deixando de tocar em pontos como a emergência do abolicionismo radical, das fugas e retiradas de escravos e a convulsão social que grassou ao longo da década de 1880 (ANDREWS, 1998). O que verificou-se, ao contrário, foi a institucionalização de uma história de figuras egrégias, conduzindo sozinhas das tribunas um processo lento e seguro de liquidação da grande mancha do escravismo.

Por último, verifica-se que a visão do abolicionismo em Santa Catarina e Florianópolis, cinquenta anos depois de ele ter ocorrido parecia fundamentalmente incapaz de dialogar com o presente, mesmo sendo um presente que propiciava reflexões a respeito da participação popular na política nacional, como era o contexto da década de 1930. Apesar dos grandes esforços de redefinição da nacionalidade e dos projetos políticos que permearam o panorama nacional nos anos seguintes à Revolução de 30, a imprensa de Florianópolis e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina não se interessaram por muitas das principais questões a respeito de raça e cidadania cinquenta anos depois de 1888. Quando muito, conforme, se atesta pelo artigo de Nereu Correia de Sousa e por partes do discurso de Renato Barbosa, limitaram-se a repetir antigos jargões.

REFERÊNCIAS

Periódicos: **O Estado, Diário da Tarde, A Gazeta, Diário Oficial do Estado**. Maio de 1938.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: EDUSC, 1998.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo: PUC. Dissertação de Mestrado, 1989.

BARBOSA, Renato de Medeiros. **Geração abolicionista**. Florianópolis: IHGSC/IOESC, 1940.

BLUM, Heitor. **A campanha abolicionista na antiga Destêrro**. Florianópolis: IHGSC/IOESC, 1939.

BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina – Estudos Contemporâneos**. Florianópolis: Livraria e Editora Obra Jurídica, 1999.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em desterro**. experiências de populações de origem africana em Florianópolis, 1860/1888. Tese de Doutorado na PUC/SP. São Paulo, 2004.

CHALHOUB, Sindey. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FREITAS, Patrícia de. **Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia de Santa Catarina**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

GOMES, Manoel. **Memória Barriga-Verde**. Florianópolis: Lunardelli, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral do Brasil** [1º de Setembro de 1940], Série nacional, volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral do Brasil** [1º de Setembro de 1940], Série regional, parte XIX – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. Novas perspectivas para a historiografia do trabalho em Santa Catarina. **Revista Esboços**. Florianópolis, UFSC, v. 14, nº 17, 2007. pp. 105-128.

MARIA, Maria das Graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, 1999.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEDRO, Joana Maria *et al.* **Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: **Revista Ciências Humanas**, v. 14, nº 20, pp. 63-79. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. In: **Revista Catarinense de História**, nº 2, pp. 5-15. Florianópolis, 1994.